

Estudo sobre teoria do conhecimento

REFERÊNCIA: MATURANA, Humberto Romesín. **Da Biologia à Psicologia**. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre. 1998, 220 pg.

Destaque: Artigo **A Constituição do Patológico**. Carmen Luz Mendez, Fernando Coddou e Humberto Maturana.

A – A POSIÇÃO DE MATURANA: A Objetividade entre parênteses – o abandono da noção de realidade objetiva:

1. “O poder social que nos é conferido como profissionais de saúde mental é baseado na suposição de que temos acesso a uma realidade objetiva e que é nosso conhecimento de tal realidade objetiva que dá validade a nossas ações clínicas.” Pg. 149
2. “De fato, todo o nosso treinamento, tanto em termos de informação como de experiência prática, nos leva a acreditar que é assim.”
3. “Por isso, atuamos como se nossas dificuldades de conhecer e de ser efetivos, tivessem a ver somente com a dificuldade para encontrar a representação mais verdadeira e exata de uma realidade objetiva e independente.”
4. “Na atualidade geralmente acreditamos que conhecemos somente parte da realidade em qualquer âmbito, e que existem vastas áreas dessa realidade que ignoramos e que é essa ignorância que dá lugar às diferentes correntes de pensamento, teorias e modelos.”
5. “No entanto, também podemos considerar que esse desacordo, essa diversidade de teorias e, sobretudo, a diversidade de práticas efetivas, revelam que a suposição de que através do conhecimento temos acesso a uma realidade independente e objetiva é inadequada e que o fenômeno do conhecimento é algo diferente.”
6. “Podemos tomar o desacordo a respeito de como as coisas são de duas maneiras:
 - 6.1 – como uma revelação de que não existe aquilo que conotamos quando falamos de uma realidade objetiva e independente, mais do que como expressão de uma teimosa resistência a aceitar a verdade, ou
 - 6.2 – como uma revelação de que o fenômeno do conhecer... surge nas distinções que o observador realiza, na medida em que ele traz à tona o que foi entendido através de seu operar na linguagem, mais do que na captação de uma realidade independente.” Pg. 150

7. “Ocorreu então que Humberto Maturana R, o outro autor deste artigo, apareceu em seu domínio de existência, levando-nos pouco a pouco em uma aventura conjunta em areias movediças, cada vez mais instáveis, em uma derivação que foi desde a certeza da objetividade, passando pelas percepções múltiplas de uma mesma realidade, até o completo abandono da própria noção de realidade objetiva.” Pg. 151

8. “Neste artigo propomos, em primeiro lugar, abandonar a noção de realidade objetiva e não a utilizar nunca para validar nossas afirmações, e em segundo lugar, indicar isso colocando a objetividade entre parênteses.” Pg. 153

9. “Vejam algumas conseqüências:” (justificativas da proposta?)

9.1 – “Quando aceitamos colocar a objetividade entre parênteses... nos damos conta de que, operacionalmente, duas entidades são a mesma (há concordância) somente na medida em que são trazidas à tona pela repetição de uma operação de distinção.”

9.1.1 – “No entanto, a repetição de uma operação de distinção, não valida nada mais do que isto, e, em particular, não valida a existência independente da entidade que foi trazida por tal operação.”

9.1.2 – “De fato, ao colocar a objetividade entre parênteses, nos damos conta de que o real está especificado por uma operação de distinção e que existem tantos domínios de realidade como tipos de operação de distinção.”

9.1.3 – “Como resultado, os fatos objetivos desaparecem e nos encontramos livres da necessidade de pretender que temos um acesso privilegiado a uma realidade objetiva que podemos usar para validar nossas afirmações.”

9.2 – “Quando se coloca a objetividade entre parênteses, o desacordo desaparece como tal, porque todas as partes se dão conta de que os diferentes pontos de vista são válidos nos diferentes domínios, porque são baseados em preceitos diferentes.” Pg. 154

9.2.1 – “Com a objetividade entre parênteses, o ponto em questão já não é mais quem tem razão ou quem se equivoca, mas se queremos ou não coexistir, se queremos ou não as conseqüências de viver uma determinada realidade.”

9.2.2 – “Com a objetividade entre parênteses, a necessidade de impor o ponto de vista pessoal sobre o outro..., desaparece, porque elas (?) constituem o fundamento de todas as suas elaborações racionais.”

9.2.3 – “Se queremos coexistir, devemos nos encontrar em um domínio comum onde partilhamos os preceitos que o definem, e onde os pontos de vista em conflito não interfiram ou suas conseqüências se tornem irrelevantes.”

9.3 – “A objetividade sem parênteses exige um universo, um domínio único de coerências operacionais que fundamente todas as verdades e, portanto, uma realidade independente única como referência final na solução de todos os desacordos“. Pg. 154

9.3.1 – “A objetividade entre parênteses admite múltipla diversidade, isto é, tantos domínios de realidade quantos domínios de coerência operacionais sejam trazidos à tona pelas operações de distinção do observador.”

9.3.2 – “todos igualmente legítimos e válidos, ainda que não igualmente desejáveis como domínios de existência humana.”

9.3.3 – “Na objetividade entre parênteses..., existe a consciência tanto de que somente se superará o desacordo mediante a coexistência em outro domínio de distinções onde este (o desacordo) não surja, como de que se pode coexistir nela somente se há uma efetiva (sincera) vontade e desejo de coexistência.”

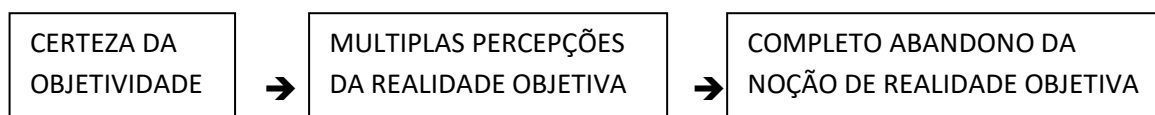
9.4 – “A objetividade entre parênteses, ao abrir um espaço para a multidiversidade, abre, não somente um espaço de aceitação da legitimidade de todos os diferentes domínios de existência,”

9.4.1 – “mas também, ao mesmo tempo, abre um espaço de aceitação da responsabilidade constitutiva que cada ser humano tem para com o mundo que ele traz consigo na coexistência com os outros.” Pg. 155

B – APRECIÇÃO CRÍTICA DA TESE DE MATURANA

Embora os autores sejam profissionais da área médica de saúde mental, preocupados com a efetividade de seus procedimentos clínicos, as questões levantadas pertencem ao campo da Teoria do Conhecimento.

A proposta central de Maturana, nas palavras da Dra. Carmen Luz (pg. 151), implica em deslocamento conceitual contemplando três momentos:



A proposta de Maturana inscreve-se no movimento filosófico moderno que pretende superar a Teoria do Conhecimento pautada na relação sujeito-objeto e em particular as perspectivas que contemplam o conhecimento como representação da realidade.

As citações colecionadas contemplam o essencial do arrazoado desenvolvido pelos autores para justificar o deslocamento conceitual proposto e sustentar a tese de abandono da noção de realidade objetiva, ao menos enquanto critério de validação das nossas afirmações.

Logicamente um processo convincente de superação conceitual exige tanto a construção de um novo conceito com explicitação dos seus fundamentos e de suas vantagens, quanto a desconstrução do conceito que se quer superar, mostrando suas inconsistências, contradições e desvantagens.

Tanto no sentido da construção como da desconstrução, quer nos parecer que o argumento central apresentado por Maturana, consiste na denuncia da possibilidade de termos acesso mental a uma realidade objetiva que virtualmente exista independentemente do observador.

O arrazoado com o qual procura sustentar essa posição está reunido no item 9.1 e em seus subitens. Primeiramente, destacam que "operacionalmente, duas entidades são a mesma (há concordância entre elas) somente na medida em que são trazidas à tona pela repetição de uma operação de distinção".

Com isso querem dizer que concordância e discordância são resultados possíveis apenas quando se compara produtos de operações inferenciais, isto é, são fenômenos privativos do mundo subjetivo, do plano das idéias. Com isso, ao que tudo indica, querem dizer que concordância e discordância não são elementos integrantes do mundo objetivo. Duas laranjas gêmeas podem ser parecidas, podem ser semelhantes ou equivalentes, podem ser visualmente indistinguíveis, ter mesmo gosto, mas não podem concordar ou discordar, pela mesma razão que cores não exalam odores nem o retângulo possui contorno arredondado.

Com base nessa constatação, poderiam concluir que o fenômeno objetivo referido nas inferências comparadas, não possui participação na comparação que determina haver ou não concordância, nem tampouco influencia de algum modo esse resultado. Em vez disso os autores concluem em 9.1.1 que "uma operação de distinção, não valida nada mais do que isto, e, em particular, não valida a existência independente da entidade que foi trazida por tal operação".

Estamos aqui diante de três operações mentais, que genericamente designo de inferências. (Isso me parece mais adequado do que designá-las de "operações de distinção" que entendo ser um caso particular de inferência. Com isso designo por inferência toda operação mental que resulta em um conteúdo no âmbito da consciência. Conteúdo virtualmente dotado de significado no âmbito de um referencial). As duas primeiras são inferências de mesmo padrão, referidas ao que tudo indica a uma mesma entidade que virtualmente possui existência independente do observador. A terceira é uma inferência que compara o resultado das duas primeiras e conclui pela concordância. Dado que nesta terceira inferência fica fora de dúvidas que a entidade referida pelas duas primeiras não está presente,

fica demonstrado não ser da natureza da inferência depender da existência objetiva e independente do objeto virtualmente nela referido. Ou seja, as inferências não dependem da existência real, objetiva e independente dos fenômenos nelas referidos. Os frutos da ficção e da imaginação que todos conhecemos, eliminam qualquer dúvida que possa ainda persistir.

Com base nesse alicerce concluem em 9.1.3 que “ao colocar a objetividade entre parênteses, nos damos conta de que o real está especificado por uma operação de distinção” e que, portanto, “existem tantos domínios de realidade como tipos de operação de distinção.”

Caso nos postemos ao lado de uma avenida movimentada e fotografamos o trânsito, obtemos uma fotografia que mais tarde podemos mostrar aos amigos dizendo: - está aqui é a 5ª avenida e os amigos vão entender sem maiores questionamentos que aquela é a 5ª avenida e vão poder partilhar conosco a imagem que impressionou nossas retinas naquela ocasião. Essa foto não subtraiu nem incorporou nada do que fazia parte da constituição da avenida naquela ocasião. Essa foto não é uma reprodução da avenida nem contém uma amostra dela. Apenas imobilizou uma imagem instantânea que serve para indicar a avenida e que ninguém confundirá com a própria. Ninguém diante dela sentir-se-á ameaçado de atropelamento.

Essa fotografia capturou uma imagem, mumificou um instantâneo, paralisando-o no tempo e, no sentido de Maturana, colocou um instante da realidade da avenida “entre parêntesis”, não na forma de inferência, mas na forma de fotografia. Em lugar de fotografar, poderíamos ter usado um gravador e gravado um instante do som e dos ruídos que também estavam presentes na ocasião. Em qualquer dos casos teríamos um recurso de comunicação capaz de nos remeter ao objeto referido, tal como o fazem todas as descrições que fazemos da realidade, usando algum dos diferentes recursos de linguagem que compartilhamos. Reconhecemos, portanto, no ato de colocar a realidade entre parêntesis, apenas uma outra expressão de uma verdade já conhecida da Teoria do Conhecimento; que nos alerta para não confundir a realidade com as descrições que dela fazemos.

Até aqui estamos plenamente de acordo com Maturana: a realidade objetiva e independente não integra nem entra na constituição de nossas interpretações da realidade. Pensamos ser isso que os autores querem dizer ao afirmarem no item 9.1.3: “Como resultado, os fatos objetivos desaparecem.” Desaparecem de nossas interpretações, porque não estão presentes e nem fazem parte delas.

Os problemas da tese começam a surgir no afirmado na segunda parte do item 9.1.3 “e nos encontramos livres da necessidade de pretender que temos um acesso privilegiado a uma realidade objetiva que podemos usar para validar nossas afirmações”. O problema aqui não é o questionamento de um acesso privilegiado à realidade, mas a sugestão de que podemos dispensar o contraponto da realidade objetiva na validação de nossas afirmações.

Como todos sabemos o uso da realidade objetiva para validar afirmações constitui procedimento formal e característico da ciência experimental de molde cartesiano, adotado antes da aceitação das hipóteses. As teses partem normalmente de pressupostos inferidos, formulam hipóteses e vão buscar confirmação em testes de bancada. Desse esforço resultará conhecimento estável, aceito como verdade, quando possibilitar intervenção humana bem sucedida no plano da realidade. É verdade que uma intervenção considerada hoje bem sucedida, poderá revelar-se amanhã um completo desastre, mas isso é contingência do caráter evolutivo do conhecimento.

De qualquer forma, nem todo conhecimento admite ser submetido à bancada e, nesses casos a sua aceitação ou a sua aceitabilidade terá que ser baseada em outros critérios. Apesar disso, uma vez aceitos e aplicados, é a realidade resultante que vai sancionar ou refutar a opção feita e confirmar ou não as hipóteses formuladas. Portanto não há como dispensar o contraponto da realidade objetiva na avaliação de nossas afirmações. Fazê-lo implicaria o absurdo de defender que todas as opções em última instância são equivalentes.

A grande vantagem do modelo, segundo os autores, consiste na possibilidade de superação da arrogância intelectual dos homens, o que está especificado no item 9.2:

9.2 – “Quando se coloca a objetividade entre parênteses, o desacordo desaparece como tal, porque todas as partes se dão conta de que os diferentes pontos de vista são válidos nos diferentes domínios, porque são baseados em preceitos diferentes”.

Aqui nos parece que, em primeiro lugar, arrogância intelectual constitui atitude típica de quem carece de saber mínimo em Teoria do Conhecimento. Supor-se senhor da verdade parece ser problema psicológico e não filosófico. A Teoria do Conhecimento, segundo entendo, sempre considerou que conhecimento é interpretação exercida à luz de um referencial e que as verdades assim identificadas possuem e preservam validade apenas no âmbito ou no domínio daquele referencial. Portanto parece desde sempre sensato tentar superar o desacordo buscando identificar as diferenças de pressupostos ou preceitos que estão ensejando as diferenças de opinião. Essa análise do referencial ou pressupostos não pode ser entendida como defesa de um acesso privilegiado à realidade, embora diferentes referenciais revelem diferentes visões da realidade, consubstanciadas naturalmente em diferentes descrições dessa realidade.

Essa possibilidade de diferentes referenciais implicarem diferentes descrições da realidade, nos impõe sim a necessidade de fazer escolhas, ao contrário do que a primeira vista sugere a sentença dos autores destacada no item 9.2.1:

9.2.1 – “Com a objetividade entre parênteses, o ponto em questão já não é mais quem tem razão ou quem se equivoca, mas se queremos ou não coexistir, se queremos ou não as conseqüências de viver uma determinada realidade”.

A coexistência dos homens em sociedade, em uma época na qual a presença humana se estendeu a toda superfície do planeta, não me parece ser meramente facultativa. Estamos, obrigatoriamente, fadados a viver uma realidade comum e temos sim que escolher e assumir as conseqüências de nossas escolhas, pois caso não o façamos, alguém o fará por nós, sem perguntar se estamos ou não de acordo.

Na verdade, os autores não afastam completamente a necessidade de escolha entre alternativas como se depreende do contido nos itens 9.3.1 e 9.3.2:

9.3.1 – “A objetividade entre parênteses admite múltipla diversidade, isto é, tantos domínios de realidade quantos domínios de coerência operacionais sejam trazidos à tona pelas operações de distinção do observador”. 9.3.2 – “todos igualmente legítimos e válidos, ainda que não igualmente desejáveis como domínios de existência humana”.

Parece-nos compreensível que os autores, profissionais da área de saúde mental, sejam particularmente sensíveis aos aspectos psicológicos da questão e percebam que a questão quando colocada em termos de quem tem razão e de quem se equivoca, está desfocada e precisa ser refeita. Filosoficamente, não importa quem tenha razão e quem esteja equivocado, importa sim as conseqüências civilizatórias das escolhas que fazemos e isso por si só demonstra não serem as alternativas sempre equivalentes. Ainda que as alternativas focalizem “realidades colocadas entre parêntesis” ou realidades que decorrem de “referenciais específicos” e que se aceite que em nenhum dos casos podemos invocar qualquer garantia ou certeza de objetividade, ainda assim de algum modo teremos que fazer escolhas e decidir. Filosoficamente se trata, então, de saber fazer as melhores escolhas ou as escolhas mais adequadas em cada caso. Filosoficamente se trata então de dispor de competência para julgar e decidir, daí a importância das questões tratadas pela Teoria do Conhecimento e focalizadas pelos autores no texto em questão.

Creio que também não se trata de abandonar a noção de realidade objetiva, porque isso poderia ensejar a alguém menos avisado pensar que ela também pode ser ignorada e conclua que basta idealizar uma descrição de realidade conveniente, para resolver todos os problemas. Filosoficamente se trata de esclarecer o que é esse sujeito, o que é esse objeto, o que é pensar, quais os produtos do pensar, o que são as idéias, o que é conhecimento, o que é cultura e enfim todo o mundo subjetivo, sem deixar de esclarecer também o que é o mundo objetivo e, sobretudo, qual é e como se dá a relação entre esses dois mundos: o que um tem a ver com o outro e onde é que eles se encontram, se é que se encontram.

A Filosofia historicamente tem se valido muito da tática de mudar de assunto (de pergunta) para abrir um novo campo de especulação, sem o menor constrangimento em deixar para traz questões pendentes ou mal resolvidas. Agora, porém, tendo a Modernidade colocado a questão da cognição e do discernimento, não vejo como avançar sem que isso fique plenamente resolvido, pois se admitirmos pendências ou nebulosidades no ato de pensar, como vamos sair por aí pensando outras coisas, sem ter domínio ou sem saber exatamente o que estamos fazendo?

As questões relativas ao entendimento humano e a Teoria do Conhecimento, que representa certamente o mais sistematizado esforço empreendido pelo homem para enfrentar e resolver positivamente essas questões, tem ensejado abordagens fortemente influenciadas pelo caráter dicotômico do par de conceitos sujeito-objeto. Dado que a dicotomia mais evidente na nossa cultura, a simetria estrutural da linguagem, onde cada conceito tem um simétrico antagônico, (alto-baixo, gordo-magro) manifesta de forma antagônica a relação entre dois termos, somos induzidos a pensar que todo e qualquer par seja simétrico e antagônico, tal como o são os elementos integrantes de um mundo bidimensional. Com isso temos pensado o par sujeito-objeto como se eles fossem antagônicos e bidimensionais e não temos conseguido soluções razoáveis pelo simples fato de sujeito e objeto serem mais complexos e não admitirem ser reduzidos à bi dimensionalidade.

Por isso temos ora priorizado o objeto, ora priorizado o sujeito, ora tentado um equilíbrio entre os dois, ora eliminado um ora eliminado o outro, nunca ficando satisfeitos porque pressentimos que sempre sobra mundo a descoberto.

Quando medito, não sinto dor nenhuma. Percebo que os significados emergem suave e tranquilamente à consciência, sem dor, sem atritos, sem solavancos. Percebo meu corpo, meus sentidos e meu cérebro alicerçando harmoniosamente minha consciência e não consigo perceber nenhum conflito ou dificuldade funcional nesse conjunto enquanto busco ordenar e concatenar as idéias, de sorte a lograr registrar um sentido meramente intencionado. Percebo meu corpo e percebo estar através dele mergulhado em uma realidade que é objetiva e cuja presença não posso simplesmente desconhecer ou ignorar. Essa realidade apresenta muitos aspectos inamistosos e eu sei que um descuido qualquer pode causar uma incompatibilidade e me eliminar sumariamente da existência. Como ignorar tal realidade?

Por outro lado, percebo minha consciência ativa, desperta e atenta perseguindo significados e tentando manter coerência e lógica no processo inferencial e se iluminando agradavelmente toda vez que a dialética dos antecedentes desvela sentidos que até então estavam ocultos. Não posso também, diante dessa experiência, desconhecer ou não aceitar a presença exuberante dessa consciência no mundo e admitir que ela não exista apenas porque meus olhos orgânicos não conseguem ver as idéias que ela produz. Tenho ao contrário que admitir que a existência não se resume à materialidade e que o meu existente ser, comporta tanto um organismo dotado de materialidade quanto uma consciência dotada de compleição distinta da materialidade, mas igualmente existente, estável e persistente. Acordo com ela todas as manhãs.

Não se comete, portanto, nenhum sacrilégio quando se considera que sujeito e objeto estão igualmente presentes no mundo e tampouco quando se considera que esse mundo comporta uma instância objetiva e outra subjetiva. O que precisamos é encontrar o paradigma capaz de recepcionar harmonicamente essas duas instâncias e de uma vez por todas superar o abismo que culturalmente criamos entre elas e que a nossa sensibilidade mental não sanciona.

É claro que em tese ainda se oferece a alternativa de que os nossos sentidos orgânicos, em conluio com nosso sentido da consciência, nos enganem e que afinal, como na tese da Matrix, o mundo não seja esse que vislumbramos e a nossa liberdade de pensar esteja circunscrita a um programa. Esse grau de sacanagem não combina, porém, com um universo organizado no grau conhecido de complexidade, porque isso comprometeria a coerência interna de uma organização que sabidamente se mantém a milhões de anos. Ou o universo é organizado e a coerência lógica entre seus termos constitui fenômeno universal justificador de nossa pretensão de catalogar o mundo, ou então a razão e a racionalidade em lugar de indicar obra prima da natureza, indica a sua maior anomalia e seu maior equívoco: seria o único produto da natureza definitivamente inútil. Não me parece razoável apostar nisso.

C – NOTAS PARA UMA TEORIA HOLÍSTICA DO CONHECIMENTO

Aceitando, como válida a percepção de que existe tanto um mundo objetivo quanto um mundo subjetivo e tendo em vista que esses dois mundos, embora possuam compleições distintas, integram e convivem harmonicamente em seres dotados de existência estável, parece razoável supor que apesar das suas diferenças, não existe incompatibilidade estrutural entre tais mundos. Suas presenças simultâneas no ser humano, sem comprometer sua integridade e ao contrário, tornando possível uma espécie singular, indicam isso.

Existe, portanto, uma instância unificadora desses dois mundos e segundo nos ensina a teoria dos conjuntos, somente nessa instância unificadora é que poderemos encontrar o referente comum, o índice capaz de esclarecer o que eles compartilham. Observe-se que identificar esse elemento comum significa identificar o fator que em última instância responde pela coerência estrutural do projeto humano, no seu aspecto mais notável que é justamente a presença de uma consciência harmonicamente ligada a um organismo biológico. Quando lograrmos identificar esse elemento, teremos conquistado acesso ao templo da razão e a relação objetivo-subjetivo perderá seus mistérios. Corolário disso é que somente a inexistência desse elemento comum ou a impossibilidade de sua determinação, aportam argumentos justificadores de uma denúncia da perspectiva adotada pela Teoria do Conhecimento consubstanciada na relação sujeito-objeto.

Os melhores esforços para desvendar os alicerces do mundo objetivo têm sido realizados no âmbito da Física. Primeiro ela se esforçou para encontrar a menor partícula da matéria e depois de catalogar os diferentes elementos químicos, mergulhou no átomo e se converteu em Física Quântica. Em lugar de uma partícula indivisível encontrou uma profusão de partículas subatômicas e viu a matéria diluir-se em um oceano de energias, imensos espaços vazios, presenças meramente probabilísticas e ainda muito mistério. Embora hoje a fronteira segura seja esse oceano de energias, em perpétuo movimento, parece indispensável a presença de um poder normativo que retire da pura aleatoriedade o processo organizativo que vai gerar as diferentes estruturas atômicas e acima delas, toda a restante complexidade universal.

Os físicos têm especulado sobre o que pode existir para além desse oceano de energias e as apostas mais promissoras indicam a geometria, tal como pensavam os antigos, antes do surgimento das geometrias não euclidianas. A Teoria das Cordas representa uma tentativa nesse sentido ao levantar a hipótese da organização dimensional do universo, mas essa solução ainda enfrenta muitas pendências, dentre as quais se destaca, por exemplo, a necessidade de um modelo geométrico capaz de receber também as geometrias não euclidianas.

No âmbito do mundo subjetivo, o alicerce mais visível é o da linguagem com suas palavras, sua sintaxe e sua gramática. Dada a diversidade de linguagens existentes, a busca de um alicerce lingüístico comum deveria nos levar a uma língua básica e universal como sugerido pelo Esperanto, mas mesmo assim, dada a proliferação de programas e códigos surgidos no processo de automação, talvez devêssemos passar de Linguagem para Semiótica e pensar em um oceano de símbolos ou de possibilidades simbólicas como alicerce primeiro do mundo subjetivo. Ou então, pensando que o significado antecede ao símbolo, pensar em um oceano de possibilidades significativas como sendo esse substrato último.

De qualquer forma será sempre necessária uma estrutura de possibilidades significativas compatível com as possibilidades de processamento de significados viáveis no contexto considerado. Ou seja, em nenhum tipo de universo ou de ambientação física específica, as possibilidades significativas podem estar dissociadas das leis que regulam a existência dos virtuais processadores possíveis nesse universo ou nesse ambiente. Portanto, também no mundo simbólico, tal como no mundo objetivo, abaixo ou concomitante com seu substrato básico, seja ele um oceano de símbolos ou de possibilidades significativas, impõe-se a presença do mesmo poder normativo que potencializa a complexidade física objetiva. Alias nem poderia ser diferente. Tratando-se de um mundo organizado, comportando tanto instâncias objetivas como subjetivas, não há razão para pensar que as leis determinantes desse universo dispensem uma dessas instâncias de seu cumprimento, ou que alguma dessas instâncias possa ser regida por leis distintas. Menos ainda justifica pensar que alguma dessas instâncias possa constituir um reduto caótico à margem dessas leis universais, muito embora seres dotados de autonomia na escolha dos recursos de pensar e independência de vontade e de focalização da atenção possam criar ambientes privativos confusos nas suas cabeças, tanto por desconhecerem como por desrespeitarem as particularidades específicas de cada uma dessas leis. Nesses casos, certamente parte das potencialidades cognitivas deixa de se realizar, pelas mesmas razões que plantas tropicais não crescem no Pólo Norte.

Portanto, quer se mergulhe no plano simbólico em busca das essências últimas do mundo subjetivo, quer se adote uma perspectiva física objetiva e pretensamente se mergulhe no mundo objetivo buscando seu alicerce primeiro, vamos sempre encontrar a necessidade de uma estrutura normativa capaz de justificar o advento da complexidade a partir da mais singela simplicidade. O fato de a complexidade crescente manifesta no mundo ser expressa sempre em organização crescentemente complexa, indica o papel relevante que essa estrutura normativa cumpre na configuração da realidade e já denuncia uma de suas

propriedades essenciais como sendo a capacidade de promover evolução organizativa. Que tipo de configuração pode instrumentalizar uma estrutura normativa com tal poder?

A solução desse problema, ou mais cautelosamente, uma proposta de solução desse problema já está, em termos modernos, formalmente disponível desde 1999. Nesse ano publicamos tese propondo um método para o exercício consciente da razão. (Rodrigues, 1999) Essa proposta, possibilita tornar metódico e consciente o ato de pensar e já então se fundava no uso de um referencial ou paradigma, que denominamos de Logos Normativo da racionalidade humana, em respeito aos esforços precedentes nesse sentido, particularmente dos pré-socráticos. Esse texto foi desenvolvido segundo uma perspectiva metodológica, buscando disponibilizar uma ferramenta prática para o exercício metódico da razão. Lembro que nesse tempo por vezes me assaltava dúvida sobre ter cometido algum erro básico de partida, que apesar da notável coerência interna presente em todo o desenvolvimento, pudesse comprometer a validade da tese. Passados dez anos essa dúvida já não existe mais. Não apenas já temos um resultado claro em termos de evolução da capacidade pessoal de discernimento, fruto de trinta anos de exercício constante do paradigma, como agregamos amplo estudo dos esforços históricos do homem tentando compreender e descrever essa estrutura originária, com resultado igualmente surpreendente.

Embora não haja registro, na História da Filosofia, de esforços de compreensão dessa estrutura básica na Antiguidade, isso se deve, ao que tudo indica, ao fato da Teoria do Conhecimento e das questões do cérebro e do discernimento, constituírem questões modernas e não indicação de que a perspectiva não tenha sido então contemplada. Com exceção de Heráclito que cunhou o termo Logos e tratou objetivamente do assunto, reconhecemos nos demais vultos da história do pensamento, contribuições admiráveis em diferentes áreas do conhecimento, sem nos darmos conta que para produzir tais obras e lograr tais percepções, esses homens precisavam necessariamente ter a cabeça organizada. Organizada, sabemos hoje, por um referencial poderoso, capaz de proporcionar-lhes a visão que tinham, além, naturalmente, de ter contado com um cérebro saudável e tido a sorte de uma formação estimulante e adequada. Pitágoras é um caso no qual a presença do paradigma do Logos na base de suas elaborações, pode ser demonstrada. É do conhecimento geral que Platão e Sócrates eram pitagóricos, da mesma forma que é reconhecido que o Verbo mencionado por João, o Evangelista, e que ampara boa parte do discurso de Jesus, na época em que o Evangelho foi escrito, referia-se claramente o Logos da tradição grega. (Pagels, 2004).

A história da busca e da preservação dessa concepção ou dessa estrutura básica, comporta uma saga imemorial da cultura humana que ainda precisa ser devidamente tratada e exposta em trabalho específico. A presença dessa idéia na cultura sufis do Antigo Egito, na cultura Grega Clássica e também no Yôga e no Hinduísmo, que cinco mil anos antes dos físicos quânticos modernos já sabiam que o universo é um oceano de energias, evidencia a presença universal dessa perspectiva, em praticamente todas as culturas importantes do planeta. O Símbolo Perdido de Don Brown (2009), embora constitua uma obra de ficção, capitaliza de forma eletrizante a série enorme de indícios que encontramos na cultura mística

em todo planeta, mencionando de forma recorrente, uma “Palavra Perdida” de extremo valor para a humanidade, configurando um conhecimento essencial que de algum modo se perdeu no curso da História. Conhecesse Brown o Logos Normativo e aquela obra possivelmente receberia um final mais condizente com as expectativas criadas no curso da história.

Fortalecidos pela percepção de que muitas das idéias que consagraram alguns dos mais destacados expoentes da cultura humana de todos os tempos, resultavam da adoção de um referencial normativo situado na mesma posição originária que atribuíamos ao Logos, dado que também objetivavam explicar a origem de todos os fenômenos manifestos no mundo, resolvemos publicar novo texto sobre a questão, desta feita francamente em formato de tese filosófica. Esse texto, incluído na primeira parte desta publicação, privilegia o caráter metafísico da tese do Logos e o propõe na condição de paradigma dotado de potencialidade para virtualmente ensinar a transformação social preconizada na história de Don Brown.

Aqui, porém, estamos tratando de Teoria do Conhecimento, tentando desvendar o que existe de comum entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, na expectativa de assim esclarecer a relação sujeito-objeto. A solução que oferecemos com o Logos Normativo da racionalidade, situa-se no espaço de solução já intuído pela Física Quântica e pela Teoria das Cordas, tanto ao prever a presença da geometria como alicerces do oceano de energias, como ao contemplar uma visão de mundo ordenado em dimensões ou dimensionalmente concebido. A situação é bastante curiosa. Tudo se passa como se a solução já tivesse sido situada e colocada sobre a bancada a mais de trinta anos e, entretanto, os físicos não conseguissem encontrar até agora um modo de penetrá-la. Penso que isso se deve ao fato dos físicos estarem munidos de uma perspectiva objetiva, de molde cartesiano, que reduz a existência ao âmbito do espaço ou do espaço-tempo, presos ao projeto de encontrar um modelo geométrico capaz de harmonizar, na mesma estrutura, as quatro forças físicas fundamentais do universo que já foram detectadas pelos seus instrumentos, enquanto a concepção dimensional de universo constitui uma concepção metafísica, cuja penetração exige, evidentemente, um olhar também metafísico. É como se os físicos estivessem sendo impedidos de entrar justamente pelo olhar que constituiu a ciência que os conduziu até ali.

A concepção dimensional de universo é na verdade muito simples, trata-se de dividir o âmbito do universo em dimensões ou constituir o universo em instâncias dimensionais. Na Física das Cordas existem proposições de cinco e dez/doze dimensões e no âmbito da Matemática já se falou em dezenas. O Modelo do Logos contempla cinco instâncias dimensionais cumulativas e vale lembrar que a concepção cartesiana de espaço, tanto quanto a concepção de espaço-tempo de Einstein, que em boa medida condicionam o pensamento científico atual, também admitem interpretações dimensionais, de três e quatro dimensões respectivamente. Assim, embora o uso do conceito de dimensão não represente novidade, a mudança para o ponto de vista metafísico implica conseqüências da maior importância na visão e na organização daquilo que entendemos por realidade. Para podermos explorar devidamente essas diferenças vamos reproduzir aqui o modelo esquemático que desenvolvemos para explicar a estrutura do Logos.

Figura 01 - Modelo dimensional do campo no plano da existência relativa

ESTRUTURA DO CAMPO		COMPLETEZ DO CAMPO
N	Dimensões desconhecidas	
4	Quarta dimensão	
3	Terceira dimensão	
2	Segunda dimensão	
1	Primeira dimensão	

Na tese do Logos Normativo adotamos um conceito de campo existencial para indicar o lugar geométrico, no plano da existência, ocupado por qualquer fenômeno que tenha presença nesse plano. O conceito de plano existencial, por seu turno, é um conceito metafísico, que a Metafísica contrapõe a um plano de inexistência, constituindo assim a sua perspectiva característica e delimitando assim também o âmbito do seu objeto. O conceito de campo existencial foi derivado do conceito de campo eletro-magnético que na Física também indica o âmbito de manifestação de um fenômeno eletro-magnético, apenas que, situado no espaço cartesiano ou no complexo espaço-tempo de quatro dimensões de Einstein.

A tese do Logos Normativo assevera que todos os fenômenos que existem ocupam um lugar, ou melhor, um âmbito, do plano da existência. Em Metafísica, o plano de existência é um plano de existência relativa, dado que todos os fenômenos que se manifestam nesse plano, têm, invariavelmente, existência efêmera ou temporária. Portanto, o conceito de campo existencial indica o âmbito ocupado por um fenômeno no plano da existência relativa. Dado que se trata de um conceito universal, a idéia de campo existencial se aplica a todos os fenômenos presentes no mundo, inclusive ao próprio universo e também vai se aplicar na consideração dos fenômenos cuja presença já cessou ou ainda se manifestará no futuro. Ou seja, não há como integrar ou fazer parte da existência relativa senão instituindo um campo existencial próprio.

O campo existencial na tese do Logos Normativo compreende cinco instâncias existenciais distintas, a saber: uma instância de uma dimensão, uma instância de duas

dimensões, uma instância de três dimensões, uma instância de quatro dimensões e uma instância relativa à totalidade do fenômeno. As razões disso são discutidas amplamente nos textos mencionados (Rodrigues, 1999 e 2010), mas se deve decisivamente ao fato do homem atualmente não ser capaz de vislumbrar e nem mesmo de imaginar conteúdos existenciais pertencentes a alguma instância distinta dessas cinco, ao mesmo tempo em que todos os conteúdos até aqui pensados ou imaginados são harmoniosamente recepcionados pela estrutura assim definida. De todas as formas, incluímos na estrutura uma instância N dimensional, indicativa de um horizonte dimensional desconhecido que permanece aberto à evolução e ao mesmo tempo atende a uma exigência da matemática que nos informa que, de 1 a N , está necessariamente tudo contido. Com isso o modelo adquire completude formal.

A nossa visão e a nossa compreensão dos fenômenos, ordinariamente tem sido realizada pela identificação ou imputação de atributos aos fenômenos. É assim que temos concretizado o conhecimento do mundo e das coisas. Naturalmente essa identificação ou imputação de atributos e propriedades depende do referencial que utilizamos para examinar as coisas. Quando, por escolha ou preferência pessoal, ou mesmo por indução inconsciente, usamos o referencial cartesiano, que restringe a existência, ao contido nas três dimensões do espaço, vislumbramos com intensidade, apenas o contido nessa instância e a nossa imputação de atributos fica reduzida aos atributos correspondentes. Nesse caso o nosso olhar apenas enxerga o que se revela presente e ocupa lugar no espaço, isto é, os conteúdos que também possuem três dimensões, como é o caso da matéria em geral, inclusive da energia. Naturalmente também vislumbramos os movimentos presentes na instância, envolvendo ação e reação de matéria com matéria, ou seja, a funcionalidade própria da matéria. Nesse caso, todas as vezes que de algum modo captamos a presença de algum conteúdo que não tenha exatamente três dimensões, ficamos apreensivos, ou desconfortáveis, ou céticos e não sabemos como lidar com isso. O mais provável é que o ignoremos. Nesse caso, também as nossas descrições dos fenômenos, além de restringir-se ao conteúdo da instância, ainda serão apresentadas ou descritas em formas sugeridas pela materialidade. Quando no início do século XX esse olhar cartesiano percebeu que o tempo exigia uma quarta dimensão, a ciência migrou para um paradigma de quatro dimensões, designado por Einstein de complexo espaço-temporal e passou-se a considerar que o mundo ou a realidade se desdobrava em um ambiente único de quatro dimensões, mas o olhar continuou hipnotizado pela materialidade do mundo, de vez que o tempo, não tendo três dimensões e não ocupando lugar no espaço, não pode ser visto pelos nossos olhos orgânicos, apenas percebidos “por olhos da mente”.

Para esse olhar cartesiano a consciência é um problema. O mundo subjetivo é estranho, as idéias não são bem recepcionadas como existentes, mas também não podem ser expulsas do mundo: permanecem num limbo. Os estudos da mente são vistos com ceticismo e o cientista se sente mais confortável estudando o cérebro. Avança em medicina do corpo e claudica no tratamento da mente. Avança em estudos de inteligência artificial sem ter a mínima idéia de como estados de excitação neuronal, dispersos no âmbito do cérebro, podem ser convertidos em significado no âmbito da consciência. Olha, a mais de trinta anos, o modelo dimensional do universo sem conseguir entender seu alcance ou revelar suas

potencialidades. Enfim, produz uma descrição bastante limitada da realidade porque entende que a realidade comporta apenas uma instância existencial e no limite acaba desconfiando das próprias possibilidades da razão.

A adoção do modelo preconizado pelo Logos Normativo implica considerar que a existência surge na simplicidade unidimensional e se edifica desenvolvendo complexidade crescente até atingir a sua completude em uma instância de totalidade. Ao vislumbrar esse percurso percebe que cada uma das instâncias desdobradas comporta conteúdos próprios e inconfundíveis, que obedecem a leis também privativas de cada instância e descobre que, no final das contas, o conjunto revela a constituição ontológica comum de todos os fenômenos. Ali onde a perspectiva científica de tradição cartesiana, vislumbra uma instância única e irreduzível, na qual se embolam os atributos que consegue identificar no fenômeno analisado e a Metafísica tradicional vislumbra apenas a presença unitária do ser, o Logos Normativo revela cinco instâncias distintas e complementares, cada uma com seus atributos próprios, dispostos ordenadamente segundo a hierarquia constituinte do objeto. Assim, a principal mudança exigida para adoção do Logos Normativo como Paradigma, consiste em educar a nossa mente para, em vez de se contentar com as imagens do mundo e dos fenômenos que nos são naturalmente trazidas pelos nossos olhos orgânicos, adotar “olhos da mente” e perscrutar os fenômenos em suas cinco instâncias dimensionais constitutivas.

Essa nova postura define e configura um observador mais exigente e metucioso, que vai conseqüentemente desenvolver uma percepção mais acurada do mundo e das coisas, mas para que esse ser, contrariando hábitos arraigados, se disponha a realizar tal mudança, precisa compreender o Paradigma, dominar plenamente sua operação e vislumbrar claramente os ganhos de discernimento potencializados. Daí não ser possível dispensar, mesmo em um texto epistemológico como este, um estudo detalhado dessa estrutura.

A Física já declarou cultivar a expectativa de encontrar um modelo geométrico capaz de ordenar a sua visão do mundo físico. Metafisicamente, esse modelo definiria também o alicerce normativo capaz de ordenar o oceano de energias detectado no interior do átomo. O modelo do Logos Normativo indicado na figura 01 como já se declarou, embora constitua uma concepção metafísica, constitui uma estrutura geométrica na medida em que se utiliza do conceito geométrico de dimensão. Apesar disso, a perspectiva metafísica revela que essa estrutura não se esgota na geometria, mas compreende também componentes lógicos e matemáticos, de sorte que se trata de um modelo definido com a participação harmônica e integrada dessas três ciências: da Geometria, da Lógica e da Matemática. (Rodrigues, 2010, primeira parte)

O conceito de dimensão, em geometria, indica amplitude métrica, de sorte que uma reta ideal (infinita) configura um universo de uma dimensão, o plano ideal configura um universo de duas dimensões e o cubo representa bem um universo de três dimensões. O Logos Normativo, enquanto estrutura metafísica, ao valer-se do conceito de dimensão, constitui a

amplitude total do mundo existente em termos geométricos, desdobrando reiteradamente as dimensões a partir de uma primeira dimensão inaugural. Primeiro, desdobra a primeira dimensão (bem representada pela reta) a partir de uma instância sem dimensão (bem representada pelo ponto geométrico). Desdobra em seguida a segunda dimensão (o plano) a partir da primeira (ou da reta). Depois a terceira dimensão representada pelo cubo, depois a quarta dimensão, mediante o desdobramento de mais uma dimensão e finalmente atinge a totalidade fenomênica que é bem representada pela figura geométrica da superfície da esfera.

Observe-se, porém, que todas as figuras geométricas são estáticas. Possuem propriedades métricas, mas são desprovidas de movimento e apenas indicam possibilidades alternativas da forma. Daí que a Geometria se nos afigura como a ciência da forma pura. Ocorre, porém, que a existência configura ação e já percebemos que o poder normativo contempla a propriedade de provocar evolução organizativa. A perspectiva metafísica é uma perspectiva que contempla a emergência do ser no plano da existência e o modelo do Logos Normativo ao preconizar a constituição do mundo mediante o desdobramento reiterado de dimensões, disponibiliza para a existência uma amplitude métrica cada vez maior, potencializando com isso a realização de estruturas organizacionais crescentemente complexas. Por isso a tese do Logos Normativo identifica na estrutura a presença de um Impulso para a Complexidade, que tanto responde pelo advento originário do ser como pelo desdobramento das dimensões e da complexidade.

Esse Impulso para a Complexidade é indispensável ao modelo, não apenas para justificar o desdobramento das dimensões, mas também para imprimir movimento ao mundo, como exigido pela Física ao asseverar que o universo é um oceano de energias, obviamente, em movimento. Esse impulso para a complexidade, ao ser um elemento tão primitivo e tão essencial na constituição do existente, estará sempre presente e manifesto nos seres, por mais complexas que sejam as suas estruturas constitutivas e já foi identificado e discutido por filósofos de todos os tempos inclusive pelos pré-socráticos. No mundo ordinário vamos reconhecê-lo como intencionalidade da consciência, como desejo de evolução pessoal, como intenção de progresso e bem estar nas nações, etc. Esse Impulso para a Complexidade potencializa para cada ser, qualquer que seja seu estágio de desenvolvimento, o desejo e a possibilidade de transcender a sua condição atual no sentido de crescente complexidade e possivelmente está na base de sentimentos humanos outros, como a vontade, o desejo, a esperança.

Esse impulso originário não apenas constitui o mundo ao desdobrar reiteradamente dimensões, como também o inunda de movimento. Ao fazê-lo encontra em cada instância dimensional os limites da forma ali vigente, e isso lhe impõe um padrão específico de movimento em cada uma delas. Um padrão determinado justamente pela amplitude disponível na instância. Isso vai se repetir até que seja atingida a instância de totalidade ou completude fenomênica, sempre a forma determinando um padrão de movimento típico, segundo a amplitude disponível. Com isso se compreende que em cada instância dimensional do Logos, fica disponibilizado um reduto existencial específico,

caracterizado por um padrão de movimento típico. A conclusão inevitável é que em cada instância fica viabilizado um padrão existencial privativo, determinado pelo padrão de movimento que ali vigora. Padrão de movimento esse que configura uma lei universal que rege e determina a existência nessa instância. Dado que são cinco as instâncias constitutivas do existente, se conclui que em todo ser e em todo fenômeno, coexistem cinco padrões existenciais distintos ou cinco modos distintos de ser e fica também justificado porque o modelo dimensional do Logos se apresenta com caráter normativo: ele reúne em uma estrutura única ou em um modelo único, as cinco leis fundamentais que regem a manifestação existencial no mundo relativo.

Levando agora em consideração que esse Logos Normativo regula a manifestação existencial de todos os fenômenos que se manifestem no plano da existência, é preciso admitir que ele regula tanto o mundo objetivo quanto o mundo subjetivo, de sorte que as mesmas leis universais também se aplicam ao funcionamento da mente, à constituição da linguagem e a todo o mundo subjetivo, tal como regula todo o mundo objetivo. Na mente humana essas leis vão facultar cinco padrões inferenciais distintos e determinar cinco tipos distintos de pensamento, correspondentes aos cinco padrões de movimento que integram a estrutura dimensional do Logos. Tratando-se de padrões definidos de inferência, isto é, de operações mentais que se dão segundo movimentos específicos e inconfundíveis, cada padrão de movimento pode ser percebido como padrão lógico e a Lógica, pela primeira vez na história da Lógica ganha uma definição clara não auto-referente. A lógica fica definida como padrão de movimento inferencial e o território da Lógica fica mapeado e definido segundo o modelo do Logos. Tudo isso porque os padrões de movimento das cinco lógicas se encontram bem determinados pelas cinco diferentes amplitudes dimensionais do campo existencial.

Um dos pontos notáveis do modelo, indicador insofismável de sua consistência interna, é justamente, de um lado, a determinação do padrão de movimento pela amplitude geométrica presente na instância, e de outro, a determinação de um padrão específico de inferência por esse padrão de movimento. Por que isso é notável? Porque isso nos mostra que existe uma comunhão estrutural, consubstanciada no mesmo padrão de movimento, entre a manifestação existencial presente em dada instância dimensional do fenômeno e a inferência com a qual interpretamos adequadamente essa manifestação existencial. Perceba-se que isso estabelece uma sintonia entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo. O conteúdo existencial presente no mundo objetivo possui certamente sua natureza própria, que nada tem a ver com o conteúdo interpretativo correspondente presente no mundo subjetivo, que certamente também possui sua natureza própria. Entretanto, ambos constituem presenças, em seus respectivos mundos, moldadas pelo mesmo padrão de movimento. Portanto, quando os recursos perceptivos da razão estiverem sendo usados corretamente, estabelece-se sim uma relação do subjetivo com o objetivo. Uma relação configurada em uma comunhão de padrão de movimento, que talvez possa ser designada, sem perdas substanciais, de sintonia de frequência, embora se trate de uma sintonia de padrão ou de forma de movimento e não exatamente de comprimento de onda.

Essa sintonia de frequência nos mostra que somente podemos perceber e produzir uma inferência correspondente, operando mentalmente o mesmo padrão de movimento que no mundo objetivo chamou nossa atenção. Essa focalização sintonizada nos permite perceber o movimento existencial, através da ação dos nossos sentidos orgânicos da percepção, mas a interpretação do movimento ou a atribuição de um significado a essa percepção, constitui uma operação realizada no bojo de um sistema lingüístico, segundo as determinações de um referencial, formal ou empiricamente desenvolvido no exercício da vida, em contexto de realidade que nos propicie experiência para dar significado à operação em questão. Em ambiente totalmente diverso daquele no qual desenvolvemos experiência interpretativa, talvez sejamos absolutamente incapazes de predicar ou dar significados.

Essa sintonia de frequência sugere que o processo inferencial utiliza mentalmente o mesmo movimento objetivo observado e é isso que torna uma interpretação correspondente e a informação gerada útil no exercício da vida: compreendendo o padrão existencial manifesto, podemos agir de acordo.

Veja-se que a compreensão se dá no âmbito da consciência, mas quem vai agir de acordo é o Ser, valendo-se obviamente do seu organismo. Com isso o ponto de contato do mundo objetivo com o mundo subjetivo fica localizado precisa e exclusivamente na relação entre cérebro e consciência, sendo absolutamente inócuo procurá-lo entre a idéia e o virtual objeto nela referido. O mundo subjetivo somente encontra o mundo objetivo no âmbito do Ser. Na relação de duas vias entre o cérebro e a consciência.

A relação perceptiva do organismo com seu meio ambiente já foi dissecada no século passado de forma competente por Merleau Ponty (1971) e a Neurociência aos poucos têm mapeado as regiões cerebrais afetadas pelos diferentes estímulos. Resta, portanto, esclarecer como se dá essa relação entre cérebro e consciência. Oferecer uma solução convincente para essa questão constitui justamente um dos atributos notáveis do Modelo do Logos Normativo.

Essa sintonia também nos mostra, que sendo as operações mentais dimensionais, sempre percebemos o mundo em manifestações também dimensionais, mesmo quando não tínhamos consciência disso e tudo nos parecia pertencer a uma mesma instância. Agora, com o domínio do Logos Normativo temos a oportunidade de usar como referência a própria organização dimensional, separar bem as coisas e com isso certamente desenvolver interpretações mais seguras, mais completas e correspondentes.

Para completar o entendimento dessa sintonia e esclarecer suficientemente a relação entre a consciência e o cérebro, precisamos aprofundar nossa compreensão do Modelo, compreender os padrões de movimento típicos de cada instância, identificar as lógicas e os padrões de inferência correspondentes e finalmente caracterizar os modos de pensar potencializados. Os nossos dois textos já mencionados comportam discussões detalhadas desses aspectos, de sorte que aqui não nos preocuparemos em demonstrar e

justificar todos os aspectos envolvidos, mas apenas exemplificá-los de sorte a possibilitar uma compreensão geral.

A caracterização do padrão de movimento possível na primeira dimensão é particularmente clara porque nessa instância esse movimento é o único presente. Nas demais instâncias, tanto constatamos a presença do movimento típico da instância, como também os movimentos das instâncias precedentes e de menor amplitude no caminho da complexidade. Isso se deve ao fato das instâncias serem cumulativas, obtendo-se sempre uma nova instância dimensional mediante o desdobramento de uma nova dimensão a partir da instância mais simples que a antecede. Com isso em uma instância de duas dimensões, por exemplo, existe um movimento de padrão típico da amplitude de duas dimensões, mas também estão presentes movimentos que são típicos da primeira dimensão. A lógica da segunda dimensão opera a diferença, mas somente podemos diferenciar coisas previamente identificadas e a identidade pertence ao ser e, portanto, à primeira dimensão. O mesmo se repete na terceira e na quarta dimensões nas quais a complexidade aumenta. Nada disso acontece na primeira, onde o movimento típico está sozinho o que nos permite contemplá-lo em sua pureza.

A figura geométrica da reta ideal nos ajuda a vislumbrar uma instância unidimensional. A reta ideal é obtida pelo deslocamento de um ponto em linha reta. O ponto é definido em Geometria como um lugar no espaço desprovido de dimensão, logo quando esse ponto se desloca em um mesmo sentido, define um âmbito tão restrito que somente pode comportar o sentido de deslocamento. Capturando com a imaginação ou colocando “entre parêntesis”, essa reta ideal, verificamos que a amplitude que ela possui apenas pode ser preenchida e percebida quando um ponto nela se desloca, pois caso o ponto esteja imóvel, ao não possuir nenhuma dimensão, nem ocupa a amplitude disponível na reta nem pode ser percebido. Isso implica que o âmbito de uma dimensão admite apenas um padrão de movimento, caracterizado por três momentos consecutivos: no primeiro o movimento surge, no segundo esse movimento se estender por algum tempo e no terceiro, ele cessa. Nada mais pode acontecer nesse âmbito além desse movimento de surgir, se estender e cessar. A amplitude ali disponível não permite mais nada e nem mesmo alterações de velocidade ou de tempo de duração desse estender-se, conseguem alterar o padrão de movimento.

No plano da realidade objetiva, o que se manifesta segundo esse padrão de movimento é o ser dos fenômenos. O ser que desde sempre foi visualizado pela Metafísica. Um ser que o observador percebe como presença e o identifica atribuindo-lhe um nome. Um ser que percebemos não estar mais presente quando velamos o corpo de um amigo que partiu. Observe-se que estamos, no momento, considerando apenas a primeira dimensão dos fenômenos manifestos no plano da existência objetiva e desconsiderando suas instâncias mais complexas. Por isso apenas mencionamos aquilo que é unitário no fenômeno: o ser, sua identidade, sua presença, pela simples razão de que na instância de uma dimensão não cabe mais do que isso. Ali o fenômeno precisa ser unitário ou estar reduzido à unidade. No Modelo metafísico do Logos essa é a instância inaugural de todos os fenômenos, uma instância unitária indicadora de todo o fenômeno. Adiante veremos que em termos potenciais, essa

ocorrência inaugural já contém em si toda a complexidade que vai se realizar nas instâncias superiores, tal como o nome de uma pessoa, contempla a pessoa em sua inteireza.

No plano da realidade subjetiva podemos perceber que todas as idéias que se manifestam na consciência, obedecem exatamente esse mesmo padrão de movimento, De repente surgem na consciência e iluminam essa consciência com um significado. Permanecem por algum tempo propiciando entendimento e depois desaparecem da consciência, exatamente da mesma forma como se comportam todos os fenômenos no plano objetivo: surgem em algum momento na existência, persistem nela por algum tempo e depois desaparecem. Tradicionalmente usamos o termo transcender para indicar esse movimento de entrada e de saída do plano da existência relativa. Por isso no ato de pensar entendemos que as inferências que operam segundo esse padrão de movimento, obedecem a um padrão lógico que também designamos transcendental. São inferências patrocinadas por essa Lógica Transcendental, por exemplo, os atos intuitivos que de repente aportam à consciência um significado novo, que surge não se sabem bem como nem de onde, mas que nos ilumina com uma nova percepção. Pode ser que essa intuição tenha origem no inconsciente ou em habilidades mentais ainda não compreendidas, mas todas possuem em comum não exigir qualquer causa. A intuição simplesmente surge como se viesse do nada e sem necessidade de uma causa ou de justificativas. Observe-se que esses aspectos tipificam o movimento transcendental como movimento específico e inconfundível. Os atos de percepção de uma presença, os atos de identificação, os atos de criar um conceito novo ou inusitado e também a atitude de pressentir algo ou alguma coisa, parecem obedecer a essa mesma lógica. A própria fé se ampara nesse tipo de lógica e no conjunto quer nos parecer que temos bem caracterizado um modo particular e bem definido de pensar propiciado por essa Lógica Transcendental.

Para perceber o movimento típico da segunda dimensão o caminho mais fácil é considerar o desdobramento do plano ideal – bidimensional - a partir da reta ideal – unidimensional. Esse desdobramento pode ser visualizado com a imagem de um leque se abrindo para os dois lados já que a reta sendo ideal e, portanto, infinita, vai produzir um plano também ideal e também infinito. Quando se abre o leque, fica evidenciada a principal característica de uma instância bidimensional, que é a presença estrutural da simetria. Tudo o que se apresenta à direita, comporta igualmente um correspondente à esquerda, ainda que meramente potencial. A amplitude que na reta era unitária se torna infinita no plano porque este comporta infinitas retas. Com isso fica viabilizada a diversidade objetiva e concomitantemente, no plano subjetivo, a percepção das diferenças, a começar pela diferença imposta pela simetria. O pensamento resultante é essencialmente diferenciador, mas possibilita todos os atos de distinção, de classificação, de ordenação, de categorização, de estruturação. Objetivamente a segunda dimensão disponibiliza amplitude suficiente para comportar a estrutura organizativa dos fenômenos, determinante das possibilidades internas colocadas a disposição do ser para o desenvolvimento de sua ontogênese, se assim podemos dizer. Em termos lógicos esse padrão de movimento tipifica no plano inferencial a Lógica da Diferença proposta por Sampaio (2001) e a sua posição na segunda instância de complexidade

do Logos, evidencia porque somente pode ser estabelecida uma diferença entre elementos previamente identificados.

Estabelecida a identidade e estabelecida a diferença, o que implica no mínimo dois elementos, qual o próximo passo lógico? Necessariamente a interação entre esses dois elementos, o que exige uma terceira dimensão. A figura geométrica do cubo facilita a visualização da amplitude disponível na terceira dimensão. O movimento correspondente, para ser típico da instância, precisa abranger todo o âmbito disponível. A imagem do motociclista circense no chamado Globo da Morte representa bem o padrão de movimento típico da instância: de formato necessariamente circular, mas, em circularidade que envolve as três dimensões. No mundo objetivo esse é o movimento funcional presente nos organismos e nas máquinas, e de um modo geral contempla todas as interações de matéria com matéria. A Teoria dos Sistemas já especificou competentemente esse padrão de movimento onde estão presentes causa e efeito em relação estável. A lógica correspondente é a Clássica lógica da mera consequência, formalizada por Aristóteles ainda na Antiguidade. Dado que a terceira dimensão viabiliza objetivamente o espaço cartesiano, ocupado pela matéria que também possui três dimensões, e dado que a parcela objetiva do nosso ser, o nosso organismo, está munido de sensores que operam relações próprias dessa instância, fica explicado porque somos fascinados por essa instância e porque a nossa ciência atual se limita a ser uma ciência da matéria e possui molde experimental. Na mente humana as inferências que obedecem a esse padrão funcional de movimento são aquelas inferências que ligam causa e efeitos em relações estáveis, de sorte que dadas as mesmas causas, seguem-se sempre os mesmos efeitos, ficando, por definição excluído qualquer terceiro termo.

Observe-se que nessa terceira dimensão, ainda não está presente o tempo, que como todos sabemos, apenas aparece na quarta. Entretanto o ciclo do sistema demanda um tempo para se cumprir e como esse tempo ainda não está disponível, um mundo de apenas três dimensões seria um mundo completamente estático, sendo apenas nessas condições que se pode garantir que o efeito será sempre o mesmo sob ação de uma dada causa. Portanto a idéia de um sistema aberto é um tremendo equívoco: se é sistêmico, é necessariamente fechado.

Outro aspecto interessante é que embora o tempo real apenas apareça na quarta dimensão, um “tempo meramente lógico” já é exigido na terceira, na condição de tempo demandado pelo ciclo do sistema. Da mesma forma na segunda dimensão já aparece um “tempo lógico” na condição de simultaneidade na simetria e também aparece um “tempo lógico” na primeira dimensão inaugurado pelo advento do ser que antes não era. Assim também acontece com o espaço. Embora o espaço real apenas apareça na terceira dimensão, um certo “espaço lógico” já aparece tanto na segunda como na primeira, na forma de amplitude. Isso demonstra como de alguma forma tudo já está presente no ser manifesto na primeira dimensão e evidencia de outra forma o poder esclarecedor da estrutura do Logos. Se toda a complexidade se desdobra a partir do ser manifesto na primeira dimensão, esse ser necessariamente precisa conter em si de forma potencial, tudo o que for passível de se desdobrar nas instâncias mais complexas. Ao metafísico atento não passará despercebido que

esse ser unidimensional, que demonstra já possuir em si, em forma potencial, toda a complexidade descortinada pelo Logos, representa, em ato, um Ser em pura potência que lhe transcende, e tampouco deixará de perceber a precisão e o refinamento conceitual que essa perspectiva metafísica e essa separação dos conteúdos nas diferentes instâncias dimensionais, propiciam.

O desdobramento da quarta dimensão viabiliza o advento do tempo real que pode então ser caracterizado como tempo individual de cada fenômeno, determinado pela persistência da solução organizativa conquistada pelo fenômeno no seu ato existencial. Com o advento do tempo fica possibilitada a ontogênese que permite ao ser desenvolver as suas potencialidades estruturais e, impulsionado pela constante presença do impulso para a complexidade, forçar seus limites e virtualmente incorporar recursos estruturais outros que lhe possibilitem vãos cada vez mais largos. Evidentemente como a experiência nos mostra, a instância material do ser neste planeta, configurada por um organismo, no caso do homem, pelo corpo humano, representa uma solução precária de arranjos energéticos em certa densidade e em certa organização, que embora não seja nem um pouco trivial, decididamente está sujeita à entropia e tende a se dissipar novamente no oceano originário de energias. Dessa forma, o tempo desafia o ser a preservar e virtualmente melhorar ou tornar mais estável, a organização conquistada.

Com o advento do tempo a estabilidade funcional e sistêmica da terceira dimensão se vê diante da contingência de perder sua estabilidade e o ser precisa administrar dialeticamente a sua convivência em um mundo povoado de outros fenômenos igualmente desejosos de preservar suas existências. Com o tempo se instala uma dinâmica relacional envolvendo todos os fenômenos que compartilham a existência e ficam abertas possibilidades relacionais que variam de extremo grau de conflito ao mais perfeito grau de harmonia, dependendo das circunstâncias objetivas da natureza. Quando surge a consciência, o conhecimento passa a depender também das circunstâncias subjetivas e do grau de discernimento e compreensão dos seres dotados de tais recursos.

No plano subjetivo a quarta dimensão e o tempo real geram memória e possibilitam tanto a construção de uma história como o acúmulo do conhecimento e o desenvolvimento da civilização. As relações entre os fenômenos, sejam elas amistosas ou conflitantes, geram invariavelmente resultantes no tempo, em conformação dependente das forças em interação. Em termos de padrão de movimento trata-se do movimento histórico e em termos de lógica da Lógica Dialética que contrapõe tese e antítese para obter uma síntese na linha do tempo. Nesse tipo dialético de relação não há como precisar qual será a síntese. Esta poderá apenas ser estimada, já que não está presente uma aleatoriedade total, dado que a síntese estará sempre localizada dentro de um espaço de possibilidades decorrente dos argumentos em interação. Não há, porém, condição de precisar o resultado: a síntese será sempre apenas estimada com maior ou menor grau de aproximação. O pensamento possibilitado por essa lógica é pensamento histórico uma vez que se exercita na linha do

tempo. É a Lógica da História que nos faculta um passado e um futuro e estende, nesses dois sentidos, a amplitude da vida que se realiza factualmente no presente.

Depois de atingida a quarta dimensão o Modelo indica que não se desdobra uma quinta dimensão, mas se passa diretamente para a instância de totalidade fenomênica. A razão essencial disso é que o homem atualmente não consegue sequer imaginar um conteúdo existencial correspondente a uma quinta dimensão. Não conseguimos perceber nada que corresponda a tal instância e a inclusão no modelo de uma instância N dimensional desconhecida, visa apenas não avançar no desconhecido, nem mesmo para negá-lo, mais do que cultivar a esperança de algum dia lograr perceber algum conteúdo correspondente.

Ao passar, porém, diretamente da quarta dimensão para a instância de totalidade dos fenômenos, fica evidente a presença de uma descontinuidade. O desdobramento reiterado de uma dimensão que vigorou até ali, deixa de valer e a complexidade dá um salto transcendental e vai manifestar-se apenas como totalidade. Embora isso no primeiro momento pareça estranho, logo fica evidente que não podia ser diferente. Esse salto transcendental vem confirmar uma percepção humana muito antiga que ultimamente tem andado esquecida: o fato da totalidade configurar uma realidade maior que a mera soma das partes e situar-se para além da soma das partes no caminho da complexidade. Alias, a totalidade configura ser horizonte de evolução da parte no sentido da crescente complexidade. É notório que as propriedades do átomo não estão presentes nas partículas atômicas e nem as propriedades da molécula nos seus átomos constitutivos. Pode ser que a nossa mente ocidental hipnotizada pela instância material e conseqüentemente viciada em relações de causa e efeito, se sinta perplexa diante dos conteúdos engendrados pelas totalidades e tenha dificuldade de compreender como é que essas propriedades surgem se não estão presentes nas partes, mas é impossível ignorar a sua presença. Não se pode negar que um avião possui a propriedade de voar, muito embora não encontremos essa propriedade em nenhuma das peças que tiveram de ser encaixadas umas nas outras para formar o avião.

A lição que o Logos Normativo aqui nos oferece é de importância crucial. Trata-se de uma nova compreensão do que significa transcender e do que seja o próprio ato ou movimento de transcender. Observe-se que o movimento transcendental que instalou o ser no âmbito da existência, conforme discutimos ao considerar o movimento possível na unidimensionalidade, fez surgir o que antes não existia: o ser e, além disso, esse produto foi unitário, constituiu-se em uma unidade: a unidade do ser. Agora, na transcendência entre as partes e a totalidade, também fica instaurado o que antes não existia e o instaurado é também uma unidade: a unidade da totalidade, confirmando assim, tratar-se do mesmo movimento. O que, então, fica instaurado na instância de completude do fenômeno humano? Obviamente o Ser humano em sua totalidade, isto é, o ser acrescido de uma consciência. Assim a consciência emerge no Modelo do Logos Normativo como instância de completude de um fenômeno especializado em percepção e a relação entre o cérebro e a consciência fica caracterizada como uma relação de padrão transcendental. Assim como nada extravasa as peças para compor o que é próprio da totalidade do avião, assim também nada de objetivo

presente no cérebro, vai compor o que é próprio da consciência. Simplesmente porque a consciência transcende o cérebro e todo o organismo no sentido da crescente complexidade ao constituir uma realidade de outro nível, que não está presente nas partes.

Essa compreensão, de que o movimento transcendental não é privativo nem exclusivo da entrada e da saída dos fenômenos no mundo, patrocinado virtualmente por uma inefável divindade, mas constitui movimento natural de que a natureza se vale ordinariamente para instaurar dentro do próprio âmbito da realidade relativa, instâncias fenomênicas de crescente complexidade, constituindo dessa forma uma realidade rigorosamente ordenada em instâncias de complexidade organizativa, é que possui o poder de rasgar o véu que tolhe os nossos olhos cartesianos e nos permite descortinar verdadeiramente o universo dimensional. Pare, o leitor, de ler e vá ao jardim constatar com seus próprios olhos orgânicos, a exuberância de soluções organizativas engendradas pela natureza no mais prosaico dos vegetais. Constate, sem intermediários, a profusão e a genialidade das soluções de engenharia organizativa que a natureza ostenta sem alvoroço e compreenda por que no Antigo Egito os homens acreditavam que o universo era um fenômeno mental: consideravam ser a mente a única instância capaz de criar existências sem demandar insumos e vislumbavam, na inteligência organizativa, o fator mais abundante do universo. Creio que pensavam que o substrato último do mundo objetivo, para além do oceano de energias, era um oceano de pura inteligência organizativa.

As implicações e as conseqüências no plano da cultura, do advento de um novo Paradigma, como Kuhn (1962) percebeu, podem ser radicais e no caso do Modelo do Logos frente ao Modelo Cartesiano, são particularmente devastadoras. Com o conceito de transcendência acima apresentado, a Física possivelmente deverá adotar o modelo dimensional de universo e resolver a sua pendência principal que é dispor de um modelo que acomode harmonicamente as quatro forças físicas já identificadas, virtualmente considerando que para incorporar alguma força terá que incorporar um salto de padrão transcendental. Possivelmente o Modelo lhe permitirá identificar também a quinta força que já foi intuída. O custo disso para a ciência será formidável: enfrentar o desafio de incorporar aos seus objetos quatro instâncias não materiais vai gerar muita dor de cabeça e não será exagero se mesmo na ciência, elas forem designadas de instâncias espirituais.

Deixando essas implicações de lado e voltando ao nosso tema que é teoria do conhecimento, cabe observar que o Modelo do Logos Normativo nos mostra que o Mundo Subjetivo não pode ser colocado ao lado do Mundo Objetivo e ensejar comparações diretas como se eles pertencessem ao mesmo plano e estivessem sujeitos à simetria. O Mundo Subjetivo transcende o Mundo Objetivo e se situa para além dele no sentido da complexidade crescente. É bem verdade que no plano objetivo, sendo todos os fenômenos presentes organizados em dimensões, nas quais vigoram padrões comuns de movimento, ficam todos os fenômenos integrantes do universo relacionados entre si e sintonizados, dimensão a dimensão, em razão do movimento comum nelas vigente e dado que no plano subjetivo também estão presentes os mesmos padrões de movimentos, compreende-se que essa sintonia se configura universal. Isso não torna, porém, tudo simétrico, em razão da realidade comportar, como

vimos, diferentes níveis de complexidade. Com isso, possivelmente seja mais adequado considerar que no mesmo plano as coisas podem ser virtualmente simétricas, mas em relação a planos distintos, sejam apenas correspondentes. De qualquer modo começa a tomar forma a idéia da integração cósmica de todas as coisas e se descortinar melhor a interdependência de todos os fenômenos universais, já evidenciada neste próprio texto que precisa contemplar simultaneamente questões físicas, lógicas, biológicas, epistemológicas, geométricas, lingüísticas, matemáticas, etc. Da para pressentir desde já o impacto disso na doutrina acadêmica da especialização e de um modo geral em todo processo de ensino.

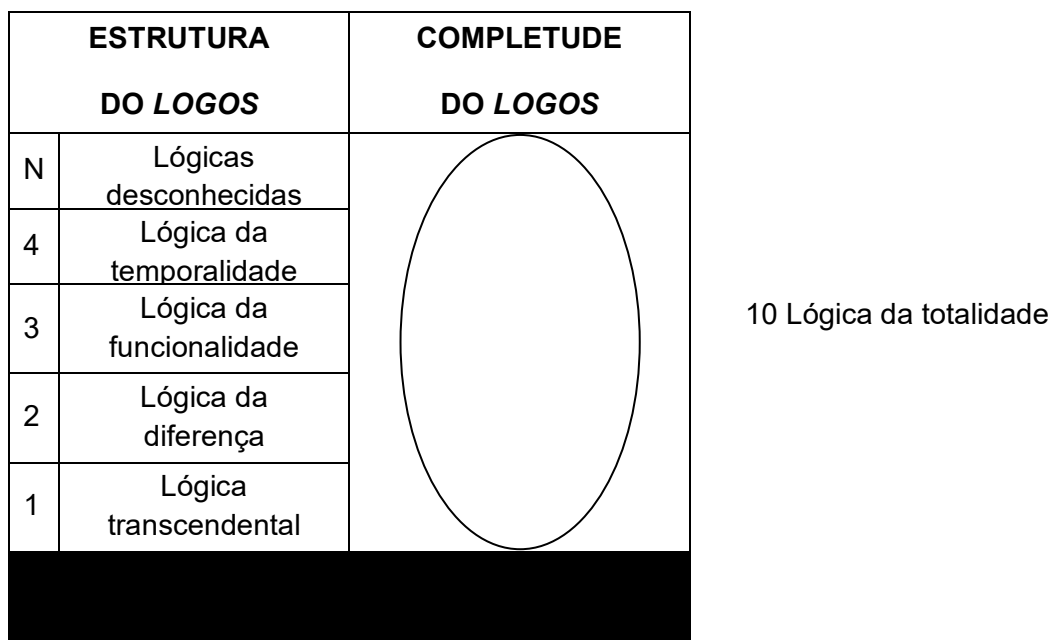
Na instância de totalidade, conforme sugerido pela forma geométrica da superfície da esfera, ou do ovo para usar um símbolo mais condizente com o papel que o Logos cumpre na formação das coisas, não existe nenhum tipo de dicotomia e, ao contrário, vigora a mais plena complementaridade. Observe-se que nas instâncias dimensionais sempre a dicotomia esteve presente, contraponto ser e não ser na primeira dimensão, contraponto os pontos simétricos na segunda dimensão, contraponto causa e efeito na terceira e contrapondo tese e antítese na quarta. Na instância da totalidade desaparece qualquer resquício de diferença e mesmo que artificialmente se imagine calotas ou hemisférios, todos são absolutamente necessários e indispensáveis para viabilizar a totalidade que é, como a forma esférica evidencia, uma unidade, e a unidade não comporta nem partes nem diferenças. A diferença, como vimos, surge apenas na segunda dimensão não estando presente na primeira. A dicotomia ser não-ser que acima mencionamos, bem como a aparente diferença ser ato e ser potência, é na verdade apenas uma diferença formal tal como a presença do tempo ou do espaço nessa instância, que conforme já vimos também não comporta tempo e espaço reais. Estará esse detalhe sugerindo que não exista diferença real, entre o ser ato e o ser pura potência, invocados pelo movimento transcendental que anima a primeira dimensão?

De qualquer forma, essa ausência de diferença, tanto quanto a própria forma da superfície da esfera, já nos informa que nessa instância predomina um movimento e uma força que reúne, que mantém junto, que unifica: um poder integrador. Dado ser essa a instância que fecha o modelo, contendo dentro de si as demais instâncias, fica evidente que essa é a força de maior potência presente no modelo ou preconizada pelo modelo e fica explicado por que forças dicotômicas, virtualmente simétricas e antagônicas, tais como as partículas subatômicas, são submetidas, dominadas e ganham estabilidade na forma de átomos. Ao que tudo indica essa é a força que viabiliza o advento da matéria e do universo que conhecemos. Em Física talvez essa força tenha algo a ver com a gravidade e no ser humano possivelmente ela tenha a ver com o sentimento de amor. Em termos inferenciais, esse padrão integrador de movimento patrocina os modos de pensar dos ecologistas, o pensamento cooperativo, o pensamento ecumênico, a solidariedade e de um modo geral todos os raciocínios integradores e não excludentes.

Bem, com esse percurso esperamos ter esclarecido em alguma medida, a relação que permeia consciência e cérebro. Esperamos ter viabilizado uma compreensão mínima do Modelo do Logos Normativo, esclarecidos os padrões de movimento típicos de

cada uma das cinco instâncias, e indicado as lógicas e os padrões de inferência correspondentes. Nos trabalhos já citados utilizamos outro diagrama representando diretamente o Logos Normativo da racionalidade enquanto estrutura de pura lógica. Trata-se do mesmo esquema representativo do campo existencial, substituindo a indicação das amplitudes geométricas pela indicação dos padrões de movimento, isto é, das lógicas. Vamos reproduzir o esquema abaixo, alertando que os nomes conferidos às lógicas não obedecem a tradição lógica, mas procuram evidenciar os padrões de movimento envolvidos.

Figura 2 – Modelo representativo do logos normativo da racionalidade humana



As lógicas indicadas no diagrama constituem padrões lógicos básicos que podem virtualmente admitir lógicas mais restritas, assim como se percebem certas variações de inferência dentro do mesmo padrão lógico, como é o caso da intuição e do pressentimento possibilitados pela Lógica Transcendental. Desta forma, algumas das lógicas da tradição podem ser facilmente encaixadas no esquema ainda que não me seja possível garantir hoje que esgotem a instância. A Lógica da Diferença de Sampaio e Lacan certamente pertencem à segunda dimensão, a Lógica Clássica da mera consequência de Aristóteles pertence certamente à terceira. A Lógica Dialética que opera segundo a estrutura intuída por Proclo, pertence a quarta dimensão e a nossa Lógica Holística certamente pertence à instância da totalidade. A Modernidade produziu, no entanto, uma série de proposições e variações lógicas cujo enquadramento no esquema demandará o trabalho de especialistas.

Quanto aos padrões de pensamento preconizados pelo modelo, espera-se que todos sejam harmônica e completamente recepcionados pela estrutura. Amparados pela Lógica Transcendental, a intuição, e percepção da presença, a identificação, o pressentimento, a fê e os atos criativos em geral. Amparados pela Lógica da Diferença, os atos de distinção, de

diferenciação, de classificação, de estruturação, de ordenação, mapeamento, etc. Amparados pela Lógica Clássica, o Pensamento Sistêmico, a busca das causas, a programação e a análise dos processos, etc. Amparados pela Lógica da Temporalidade, o Pensamento Histórico, a descrição histórica, a análise das contradições históricas, os programas educativos, os tratamentos psicológicos, etc. Amparados pela Lógica Holística, o Pensamento Ecológico, o Pensamento Cooperativo, a perspectiva ecumênica e o próprio amor.

Naturalmente, o Modelo, mais do que exigir o uso de lógicas e pensamentos dimensionalmente sintonizados, disponibiliza um esquema referencial capaz de orientar abordagens ordenadas dotadas de completude, atentas à hierarquia estrutural dos fenômenos e principalmente, tendo presente a integração e a interdependência cósmica dos fenômenos. Nesse sentido são vastas as potencialidades do modelo em evitar e eliminar a prevalência de perspectivas localizadas e parciais que têm sido usadas para justificar o sacrifício de patrimônios coletivos em benefício egoístico de poucos. O Logos demonstra que a casa do homem é o planeta Terra e que caso queiramos desenvolver civilização, a sério e de forma conseqüente, não há lugar nessa casa para esconde lixo debaixo do tapete e muito menos seja admissível conviver com miséria de qualquer espécie. O Logos sugere planejamento planetário, uso parcimonial e inteligente de recursos, preservação e cultivo religioso da natureza, erradicação da ignorância, da fome e das guerras. O Logos disponibiliza um paradigma de validade cósmica, capaz de instrumentalizar o homem com perspectiva também cósmica, superando de vez os referenciais que foram forjados no processo de formação do humano, mas que preservam a experiência bruta da condição animal. O Logos nos convida a arrumar a casa e em vez de ficar nessa brincadeira inconseqüente de provocar o outro, parar de comportar-se como crianças. O Logos sugere que é tempo dos frutos dourados do sol amadurecerem, abandonarem o encanto com o próprio umbigo e começarem a olhar a galáxia.

O Logos informa que o impulso para a complexidade aponta para o subjetivo e que é ali que o homem deve buscar a realização enquanto indivíduo e enquanto espécie. Mais dias menos dias as máquinas farão todo o trabalho braçal e proverão o necessário ao sustento do corpo. E nós? Continuaremos a nos comportar como lobos? Explorando, escravizando, dominando por puro sadismo? Há exemplos em sociedades avançadas do Norte mostrando que a superação dos problemas econômicos sem o devido preparo intelectual e sem a conquista de uma racionalidade também superior, sem a conquista de espíritos fortificados, pode resultar em tragédias tão dolorosas como aquelas forjadas pela miséria. Ociosos, vamos recorrer às drogas ou ao suicídio?

Bem, não pretendemos saber e tampouco parece possível prever tudo o que homens munidos do Paradigma do Logos, poderiam vislumbrar. Algumas coisas, como por exemplo, confinar a competição à arenas esportivas e culturais, bem como a mercados rigorosamente regulados, ou então o obsoletismo de aparelhos de guerra, parecem evidentes, mas mentes cultivadas em escala planetária e dotadas de perspectiva cósmica, devem condenar qualquer previsão do nosso tempo ao rótulo de infantil ingenuidade.

O Logos indica que a instância propriamente humana da espécie está apenas começando e somente vai deslanchar quando abandonarmos de vez os hábitos adquiridos na animalidade que nos deu origem. É tempo de deixar de ser bichanos e nos tornar humanos.

Quanto à Teoria do Conhecimento, vai muito bem obrigado: concluímos pela tese que: **CONHECIMENTO É APENAS INTERPRETAÇÃO, MAS COM SUSTENTÁVEL PRETENSÃO DE OBJETIVIDADE.**

Brasília, 25/01/2010
RGR

BIBLIOGRAFIA

BROWN, Dan – **O Símbolo Perdido**. Tr. Fernanda Abreu, Ed. Sextante, Rio de Janeiro, RJ, 2009, 489 p.

PAGELS, Elaine – **Além de Toda Crença – O Evangelho Desconhecido de Tomé**. Tr. Manoel Paulo Ferreira. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, RJ, 2004, 245 p.

RODRIGUES, Rubi Germano. **A razão holística: método para o exercício da razão**. Brasília: Thesaurus, 1999. 271 p.

RODRIGUES, Rubi Germano. **Filosofia: A Arte de Pensar**. São Paulo. Madras, 2010,

SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho de, - **A Lógica da Diferença**, Ed. Da UERG, Rio de Janeiro, RJ, 171 p.

KUHN, S. Thomas – **A Estrutura das Revoluções Científicas**, Tr. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, Ed. Perspectiva, São Paulo, SP, 1997, 257 p.